

# Delfim apóia "pacote" mas critica mudança de índices

O pacote fiscal, a ser anunciado hoje pelo presidente Sarney, promoverá correções de impostos e cortes de despesas de custeio corretas, na opinião do ex-ministro Antônio Delfim Neto, que participou ontem do programa "Canal Livre", da Rede Bandeirantes de Televisão.

Para Delfim, o governo, ao privilegiar o setor social, não está certo ou errado, está apenas optando por um segmento. Quanto à questão da unificação dos índices, Delfim acha que o governo está cometendo um sério equívoco, porque não existem índices injustos, já que eles não passam de uma média aritmética. Existem, segundo ele, índices adequados ou inadequados.

— Quando se corrige o salário pelo INPC está-se fazendo a maior justiça, porque é um índice restrito e não geral, o qual inclui todo mundo que ganha muito acima de cinco salários mínimos. Estava sendo corrigido salário pelo aumento efetivo do custo de vida — salientou o ex-ministro.

Já quando se vai corrigir o salário pelo câmbio, não há garantia de que o indicador seja correto. O INPC, prosseguiu Delfim, depende fundamentalmente de serviços públicos que podem subir muito mais que o necessário para corrigir a taxa de câmbio, ou depende de vestuário, que pode subir menos.

— Não existe equívoco ou injustiça em corrigir a taxa de câmbio de acordo com os aumentos de custos, que são dados pelo Índice Geral de Preços, e corrigir os salários pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor — concluiu Delfim, ao salientar a grande confusão existente, na medida em que o INPC não reflete as variações de custos e af se pode estar introduzindo um corretor de câmbio inadequado.

Com sua posição de opositor ao novo governo, o ex-ministro foi até brando em suas considerações. O Brasil, em sua opinião, está vivendo quando o mundo está cheio de países morrendo. Na questão da dívida externa, acha que se o governo não tivesse enfrentado dificuldades logo no começo já teria assinado o acordo com o FMI, o que está provocando um pagamento de 500 a 600 milhões de dólares a mais de spread (taxas de risco).

E não vê medidas importantes de correção do antigo rumo. O Brasil fez ajustes externos que o atual governo está aproveitando, e também está mantendo o nível de inflação, tirando proveito do crescimento econômico já iniciado, do aumento de safra, que atingiu o recorde de 55 milhões de toneladas de grãos.

Apesar de manter sua personalidade, o novo governo não se está desviando. Em alguns aspectos, Delfim acha que está aprendendo. "Antes diziam que os salários não tinham a ver com o preço, e hoje estão defendendo isso com mais vigor do que eu defendia", afirmou, ao lembrar que, no passado, já houve crescimento real dos salários sempre que ocorreu aumento da produtividade. Disse que, no governo Médici, o emprego cresceu 4% ao ano e o salário entre 3 a 4% durante cinco anos seguidos. Assim, considera "tolice" dizer que havia crescimento econômico e não de consumo. Afirmou que a grande vantagem era a não existência de déficit, iniciado no governo Geisel, quando veio "o terremoto da crise do petróleo".

Segundo Delfim, a recuperação econômica está sendo "puxada" pelo mercado interno, justamente em função da excelente safra agrícola, que transferiu a renda para as cidades, aliada com os cortes nos reajustes

do BNH e do aluguel. Essas condições, segundo ele, têm propiciado a expansão do mercado interno e o aumento do salário real só não refletiu, ainda, no preço, porque houve crescimento da produtividade e do déficit do governo. Mas, agora, o governo terá de recuperar sua receita e criará pressões sobre os preços. Neste sentido, acha que o governo agiu corretamente em empreender grande esforço para quebrar a expectativa inflacionária, não contando com a possibilidade de cortar o déficit de imediato. "Déficit de custeio é a coisa mais difícil de cortar, pois precisa de suporte da sociedade. Nós só tivemos isso no governo Médici", afirmou, ao admitir que, neste caso, contou com o AI-5, o qual assinaria novamente se as condições fossem as mesmas.

Dentro do que chamou de "oposição construtiva", o ex-ministro não vê também razão para uma hiperinflação, pois considera um problema político, e não econômico. "O Brasil tem uma situação política estável e está financiado o seu déficit, isso portanto pode manter a inflação em 230%."

Com relação às novas medidas da área financeira, Delfim lembrou que nunca foi fácil, exceto no governo Geisel, aprovar decretos no Congresso, e lembrou que a Lei 6.024, de correção dos passivos, seguia a tradição brasileira de falências e concordatas, ao não corrigir o passivo, que era normal com uma inflação de 10%. Mas, o anterior governo utilizou de outra lei — a 2.015 — para corrigir este passivo, e, agora, o presidente Sarney apenas introduziu uma lei definitiva e final. No caso da dívida externa dos bancos Auxiliar e Comind, concorda com o ministro Funaro de que o Brasil não pode responsabilizar-se quando o cliente deixa de honrar seus compromissos.